

Criação e desinstitucionalização de práticas produtivas: o trabalho institucional no campo da cachaça mineira

Creation and deinstitutionalization of productive practices: institutional work in the cachaça field from Minas Gerais

Thatiana Stacanelli¹, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5201-4867>; **Daniel Calbino**², ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8260-6126>; **Valeria Brito**³, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4757-0129>; **Mozar Brito**⁴, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9891-9688>

1. Graduada e Mestre em Administração pela UFLA. Atualmente é Doutoranda em Administração pela UFLA.- Universidade Federal de Lavras (Universidade Federal de Lavras – UFLA, - MG – Brasil). E-mail: stacanellithati@gmail.com
2. Pós-doutor em Administração pela UFLA. Doutor e Mestre em Administração pela UFMG. Graduado em Administração e Filosofia pela UFSJ. Atualmente é Docente Adjunto da UFSJ e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFVJM. (Universidade Federal de São João del Rei - Minas Gerais – Brasil). E-mail: dcalbino@ufs.br
3. Doutorado em Administração - Organizações e Sociedade pelo CEPEAD/UFMG . mestrado em Administração - Organizações e Recursos Humanos pelo CEPEAD/UFMG. Professora Associada do Departamento de Gestão Agroindustrial da Universidade Federal de Lavras desde 1995; possui graduação em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura de Lavras. (Universidade Federal de Lavras- UFLA - MG – Brasil). E-mail: vgpbrito@gmail.com
4. Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo. mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professor Titular e Permanente do PPGA/UFLA, atua como consultor ad hoc do CNPQ, CAPES e FAPEMIG. (Universidade Federal de Lavras- UFLA - MG – Brasil). E-mail: mozarbrito@gmail.com

Resumo

As formas de produção se apresentam como um fator diferencial na cachaça de qualidade, sendo o estado de Minas Gerais uma referência em seu valor agregado. Portado sob a ótica do Trabalho Institucional, o objetivo do artigo foi compreender como se deram as práticas que modificaram a cachaça mineira, saindo de uma bebida de baixa qualidade, até a década de 1980, para a liderança nacional. Em termos metodológicos recorreu-se a um estudo qualitativo sobre quatro décadas de trabalho institucional. Constatou-se que a criação de uma rede de atores, a pressão por mudanças legais e o avanço de investigações científicas favoreceram as mudanças institucionais. Somado a isso, a ruptura com as rudimentares técnicas produtivas, acompanhada de um rígido processo de fiscalização, facilitou a descontinuidade com as antigas práticas. Os resultados da pesquisa contribuem com elementos que explicam a criação e desinstitucionalização em um contexto teórico ainda pouco explorado na literatura.

Palavras-chave: cachaça; práticas institucionais; trabalho institucional.

Abstract

The forms of production present themselves as a differential factor in quality cachaça. The state of Minas Gerais has become a reference in value-added drinks. Carried from the perspective of Institutional Work, the objective of the article was to understand how the practices that changed it, leaving a low quality drink, until the 1980s, for national leadership. In methodological terms, a qualitative study of four decades of institutional work was used. It was found that the creation of a network of actors, the pressure for legal changes and the elaboration of scientific investigations favored changes in the field. In addition, the rupture with the rudimentary productive techniques, accompanied by a rigid inspection process, facilitated the discontinuity with the old practices. The research results contribute with empirical elements that reinforce the creation and deinstitutionalization in a theoretical context little explored in the literature.

Keywords: cachaça; institutional practices; institutional work.

Citation: STACANELLI, T.; CALBINO, B.; BRITO, V; BRITO, M. Criação e desinstitucionalização de práticas produtivas: o trabalho institucional no campo da cachaça mineira. *Gestão & Regionalidade*, v. 39, e20237949, 2023. DOI. <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20237949>



1 Introdução

Caracterizada como um produto brasileiro, cuja trajetória perpassa o contexto histórico desde a época colonial, a cachaça, na última década, passou a ser reconhecida como uma bebida consumida pela elite, conquistando os paladares de alto valor agregado (SOUZA, 2018; MORAIS *et al.*, 2020).

Nos dias que correm, a cachaça destaca-se como um produto de exportação relevante na balança comercial. No ano de 2018, 21 estados exportaram a bebida para 67 países, o que rendeu 15,8 milhões de dólares expressos em um volume de 8,41 milhões de litros (IBRAC, 2019). Além disso, entre a variedade de bebidas destiladas, ela é a mais consumida no país com 87% do *Market Share*, o que movimenta 7,5 bilhões de reais por ano, empregando 600 mil trabalhadores, com a estimativa de crescimento de 5,1% para os próximos anos (SEBRAE, 2019).

Sua produção se encontra distribuída geograficamente por toda a extensão do território brasileiro, com destaque para o Estado de Minas Gerais, que lidera como maior produtor de cachaça de alambique do país, com 200 milhões de litros por ano (50% da produção nacional neste segmento), e possui o maior número de marcas, consistindo em 1.400 registros em um total de 3.648 no Brasil (MAPA, 2019).

Para que o produto atingisse tal reconhecimento e perdesse a imagem de inferiorizado, foram necessárias mudanças institucionais. Dentre elas, destacam-se as práticas em seu processo produtivo. Se antes, carregava a fama de uma bebida de baixa qualidade, com baixo uso tecnológico e limitado padrões de controle e fiscalização, a partir das décadas de 1980, os atores do campo iniciaram um trabalho, no intuito de mudarem as práticas de produção.

Esse espaço institucionalizado, definido por Zvolska *et al.* (2019) como um conjunto de normas que são constituídas através da interação social, teve a participação de diferentes agentes, com destaques para os órgãos estaduais e pesquisadores que participam ativamente junto à primeira associação de produtores de cachaça do país.

Diante as particularidades inseridas no campo da cachaça mineira, a questão central que orienta o estudo visa compreender: como o trabalho institucional dos atores, ao longo de quatro décadas, modificaram as práticas de produção da cachaça mineira?

Nessa direção, como uma nova perspectiva de estudo, emerge o trabalho institucional. Formulada por Lawrence e Suddaby (2006), Zietsma e Mcknight (2009) e Lawrence, Leca e Zilber (2013), a teoria diz respeito à ação de indivíduos e organizações destinadas à criação, manutenção e ruptura de instituições. As pesquisas que envolvem esse marco teórico podem explorar o modo como os indivíduos mudam as instituições e referem-se às mudanças sociais. Nessa perspectiva, o olhar recai para a relação entre as instituições e atores, ou seja, entre estrutura e agência.

As contribuições deste estudo variam em dois eixos, sendo o primeiro, teórico, que escolhe o trabalho institucional como corrente de pensamento recente. As pesquisas estão concentradas na América do Norte e na Europa, ainda com poucos estudos desenvolvidos no Brasil (TURETA; JÚLIO, 2016; ZARPELON *et al.*, 2019; BERTO; LAVARDA; ERDMANN, 2020; MORAIS *et al.*, 2020).

O segundo fica à disposição da dimensão empírica, em que se discute uma das bebidas mais tradicionais do Brasil. Até o presente momento, não se registrou estudo que embasasse o contexto de mudanças nas práticas de produção da cachaça, o que ilustra uma contribuição para o trabalho institucional e para o campo da cadeia produtiva da bebida.



2 Referencial Teórico

2.1 Concepções teóricas sobre o Trabalho Institucional

Diante de um novo escopo advindo da teoria institucional e do neoinstitucionalismo, Lawrence, Leca e Zilber (2013) destacam que o trabalho institucional direciona seus esforços para compreender os objetivos dos agentes em seu trabalho de impactar as instituições.

Bruning, Marra e Godri (2015) relatam que o trabalho institucional se inspira na sociologia da prática, visando descrever as atividades dos agentes e organizações em alcançar os resultados almejados. Nesse sentido, as mudanças são mais favoráveis a ocorrerem ao longo do processo de ações, rompendo com a concepção de organizações racionais concebidas por um determinismo estrutural (ZVOLSKA *et al.*, 2019).

O trabalho institucional tem sido considerado uma das principais orientações do institucionalismo. O impulso para novos estudos veio a partir da publicação de Lawrence e Suddaby, em 2006, com a obra “*Institutions and Institutional Work*” (ZARPELON *et al.*, 2019).

Essa perspectiva possibilita analisar a “ação proposital dos indivíduos direcionados à criação, manutenção e ruptura das instituições” (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 215). Ao assumir a ação como situada, tem-se destaque para o papel da agência humana e as ações desenvolvidas pelos agentes, capazes de exercer influências sobre as estruturas sociais e o campo organizacional.

Para Lawrence, Leca e Zilber (2013), o trabalho institucional pode ser entendido como a relação entre ações e instituições de maneira recursiva, sendo que ambas estão em interação e se afetam mutuamente. Portanto, existe um movimento duplo quando se verifica que a instituição ao mesmo tempo em que é moldada pela agência humana influencia as ações desenvolvidas pelos agentes (TURETA; JÚLIO, 2016).

Em relação aos estudos sobre o trabalho institucional, Lammers e Garcia (2017) argumentam que os agentes podem e fazem esforços para afetar as instituições. Com isso, as pesquisas se engajam em compreender os conjuntos de práticas em que os agentes institucionais se organizam, consistindo em uma variabilidade de investigações (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013).

Diante do processo previsto pelo trabalho institucional, pode-se realizar a investigação no campo da cachaça, destacando o trabalho institucional de criação e desinstitucionalização de práticas de produção, sendo os processos condizentes com esses trabalhos realizados pelos diferentes agentes identificados no campo de pesquisa. Para tal, faz-se necessário o conhecimento dessas formas, abordadas por Lawrence e Suddaby (2006), Zietsma e Mcknight (2009) e Lawrence *et al.* (2006; 2013).

2.2 O trabalho institucional de criação e desinstitucionalização (ruptura) institucional

O processo de criação está ligado ao empreendedorismo institucional, no qual os agentes promovem arranjos no interior das organizações, a fim de atender seus interesses (ZIETSMA; MCKNIGHT, 2009). Para tal, há a necessidade de criar instituições que sejam capazes de adentrar nas organizações onde esses agentes se encontram (ZARPELON *et al.*, 2019).

O papel dos empreendedores institucionais é relevante para a criação de instituições, porém, segundo Lawrence e Suddaby (2006), não são suficientes para a análise do trabalho institucional. Ao criar instituições, é necessário o engajamento de diversos agentes, que agem de forma coordenada. Nessa tensão, surge a necessidade de constituir uma rede normativa de



agentes, que conferem legitimidade à institucionalização das novas regras propostas pelos empreendedores institucionais (ZIETSMA; MCKNIGHT, 2009).

Para Lawrence, Leca e Zilber (2013), o processo de criação institucional está relacionado com a defesa de direitos, que envolve estabelecimento de novas regras a serem seguidas pelas organizações, fomentando a sua legitimação. Essa legitimidade está ligada ao cognitivo dos agentes envolvidos na causa e ao trabalhar em sua defesa. Os agentes podem influenciar quando e como as normas institucionais são percebidas, a partir da mobilização de apoio político de técnicas deliberadas de persuasão.

Faz-se necessário também definir o conjunto normativo que confere identidade e limites à nova instituição, constituindo as regras e práticas institucionais que são tidas como categorias de estratégia institucional. A definição é central no processo de criação de instituições, pois é ela quem descreve a relação entre ator e campo.

Merece ainda destacar a aquisição que irá constituir as estruturas de regras no campo, conferindo os direitos de propriedade aos atores. Ela quem irá garantir, por meio do aparato legal, as legislações e normas que darão a legitimidade para os atores (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Pela perspectiva do trabalho institucional, as ações também podem provocar interrupções institucionais. Para Zvolska, Palgan e Mont (2019, p. 672) “os atores interrompem as instituições quando a ordem institucional existente não fornece apoio suficiente para que eles realizem suas atividades”.

A desinstitucionalização ou disruptura institucional pode ocorrer mediante a insatisfação dos agentes envolvidos no campo institucional e quando esses desejam interromper regras e simbolismos perpetuados em uma organização (YAN *et al.*, 2018).

Lawrence e Suddaby (2006) classificam o processo de interrupção das instituições através de três categorias analíticas, sendo elas: a desconexão de sanções e recompensas; a dissociação dos fundamentos morais; e minar as suposições e crenças.

A desconexão de sanções e recompensas geralmente ocorre por meio de atores centrais da mudança em parcerias com entes estatais. Ao se aliarem ao Estado, legitimam as ações para alterar regras no campo organizacional, visando oporem-se sanções e benesses que são aplicadas em caso de descumprimento de determinada instituição (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; MORAIS *et al.*, 2020).

A dissociação de fundamentos morais e simbólicos ocorre quando o trabalho institucional é capaz de perturbar as instituições e interrompê-las a partir da possibilidade de se desassociar as práticas e regras que determinada instituição venha a carregar. Os fundamentos de uma instituição duradoura são interrompidos por meio de um conjunto de práticas indiretas que irão circundar e enfraquecer essas instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; MORAIS *et al.*, 2020).

A categoria de minar suposições considera que as instituições são mantidas a partir de crenças associadas a atores que mantêm determinada prática e seguem regras impostas por tal instituição. Assim, o trabalho institucional detém êxito quando elimina as crenças, abrindo espaço para novas formas de se agir que substituam os padrões existentes dentro das organizações (MORAIS *et al.*, 2020).

De modo a investigar o trabalho institucional no campo da cachaça, direcionando seus esforços para a criação e desinstitucionalização, assumiremos as respectivas categorias teóricas para responder à pergunta da pesquisa:

Quadro 1 - Proposta teórica para a análise da criação e disruptura institucional

CATEGORIAS ANALÍTICAS	DEFINIÇÃO
Defesa de direitos	Mobiliza apoio político e regulador por meio de técnicas diretas e deliberadas de persuasão social.

Definição	Constrói sistemas de regras que conferem status ou identidade, define limites de associação ou criam hierarquias de status dentro de um campo.
Aquisição	Cria estruturas de regras que conferem direitos de propriedade.
Desconectar sanções	Utiliza do aparato estatal para desconectar recompensas e sanções de algum conjunto de práticas, tecnologias ou regras.
Dissociação dos fundamentos morais	Dissocia a prática, regra ou tecnologia de sua base moral, conforme apropriado, dentro de um contexto cultural específico.
Minar as suposições e crenças	Diminui os riscos percebidos de inovação e diferenciação, minando principais suposições e crenças.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Lawrence e Suddaby (2006).

3 Metodologia

Em consonância com o objetivo proposto adotou-se uma abordagem qualitativa, justificada pela leitura e compreensão de elementos e fenômenos circunscritos ao tema de pesquisa. A intencionalidade de pesquisas desse tipo é descrever determinado fenômeno através de percepções de agentes que estão inseridos no campo, como prevê Godoy (1995).

Dessa forma, o estudo foi realizado junto aos atores que atuaram no campo da cachaça, sendo eles: produtores, pesquisadores mineiros, responsáveis técnicos e servidores de órgãos inseridos no campo. A proposta de recontar o processo histórico de institucionalização da bebida, as práticas de produção antigas e atuais, visou compreender como o trabalho institucional contribuiu para a institucionalização de novas práticas de produção de cachaça.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas. A primeira, a pesquisa documental, que partiu de informações disponíveis a partir de documentos, como notícias, legislações, artigos científicos, livros, cartilhas, sites de produtores e informativos do campo da cachaça. Esta pesquisa possibilitou a construção da discussão em torno da cachaça, assim como a compreensão da sua institucionalização como bebida brasileira e suas práticas de produção. A coleta de dados ocorreu no período de março de 2019 a janeiro de 2020.

A segunda etapa consistiu nos procedimentos de campo para coleta dos dados, realizada no período entre junho e setembro de 2020, quando foram utilizadas técnicas de entrevista qualitativa junto aos agentes envolvidos no campo, a coleta de materiais audiovisuais e arquivos por eles fornecidos, como arquivos pessoais (Quadro 2).

Quadro 2 - Relação de entrevistados e pesquisa documental

Fonte de dados	Atores e instituições	Excertos da pesquisa
Entrevistado 1	Técnico do INDI-MG (Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais)	1, 5
Entrevistado 2	Pesquisadora da Universidade Federal de Lavras	2, 11
Entrevistado 3	Diretor da ANPAQ (Associação Nacional de produtores de cachaça de Qualidade)	4, 20
Entrevistado 4	Diretor da ANPAQ	8, 21
Entrevistado 5	Produtor de Cachaça	9
Entrevistado 6	Pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto	10
Entrevistado 7	Produtor de cachaça	12
Entrevistado 8	Produtor de cachaça	13
Entrevistado 9	Técnico do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)	14, 17
Entrevistado 10	Técnico do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária)	15
Entrevistado 11	Produtor de Cachaça	16
Entrevistado 12	Responsável Técnico	18
Entrevistado 13	Produtor de Cachaça	19

Entrevistado 14	Pesquisadora da Universidade Federal de Lavras	22
Pesquisa em livros	Livro técnico do SEBRAE (Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas)	7
Matérias na Mídia	Plataformas online de jornais e revistas	3, 6

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para analisar os dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temática, baseada em Clark e Braun (2013). A análise temática possibilita relatar experiências, significados e realidade dos participantes, identificando os diversos discursos emergentes.

Com base na análise temática, foram elaboradas quatro etapas. Na primeira foi realizada a leitura do banco de dados pelos métodos documentais e de entrevistas, para entender o ambiente da pesquisa e reunir descrições do contexto institucional, ao longo dos anos de 1980 a 2020.

Na etapa dois buscou-se compreender os condicionantes que levaram a percepção da baixa qualidade em seu processo produtivo, até a década de 1980. Os resultados revelaram elementos históricos, culturais e simbólicos herdados, que foram ilustrados nos excertos 1 e 2 da pesquisa.

Na etapa três, os estudos de Trabalho Institucional de Lawrence e Suddaby (2006), Zietsma e Mcknight (2009) e Lawrence, Leca e Zilber (2013), guiaram as categorias referentes aos processos. Buscaram-se as incidências de respostas às demandas, resultando em um conjunto de práticas institucionais reunidos no trabalho de criação e desinstitucionalização (Tabela 1), apresentando suas respectivas práticas nos fragmentos 3 a 18 dos resultados.

Por fim, na etapa quatro, o cruzamento dos dados empíricos com a teoria possibilitou apontar, nos excertos 19 a 22, as mudanças que corroboraram as novas práticas de produção da cachaça mineira. Para a apresentação dos resultados, buscou-se incorporá-los de tal maneira a ilustrar a narrativa da pesquisa nas consequentes mudanças cronológicas das suas conquistas. Trata-se apenas de um recurso didático, uma vez que compreendamos que as formas de trabalho institucional se imbricaram ao longo das quatro décadas.

4 Resultados

4.1 O contexto histórico das práticas de produção da cachaça

A cachaça é um produto que tem a sua produção durante o século XVI, por volta de 1530. Desde o início de sua produção, autoridades estiveram envolvidas na regulação da sua produção, como a coroa portuguesa, que a proibiu quando viu o vinho português perdendo lugar pela sua concorrência (ALMEIDA; DIAS; 2018).

Ao longo dos três primeiros séculos do Brasil colônia, as regulamentações eram direcionadas à bebida como formas de proibição da produção e consumo, como fez a coroa portuguesa em 1635. Porém, mesmo com as descontinuidades nas formas de controle, a bebida teve a ascensão de consumo em larga escala pela população, principalmente por ser considerada uma bebida barata (MORAIS *et al.*, 2020).

No período imperial, foram criados os primeiros órgãos para cuidarem da agricultura e pecuária no país. Sob o comando do imperador Dom Pedro II, em 1860, constituiu a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas, e que após a Proclamação da República, foi transformada em “Ministério da indústria, viação e obras públicas”. Em 1930, houve a criação do “Ministério da Agricultura” que perdurou com a mesma nomenclatura, até 1992, quando sofreu novas mudanças e passou a se denominar “Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária”.

A cachaça, por ser uma bebida de produção de origem vegetal cujo insumo principal é a cana de açúcar, está sujeita ao arcabouço legal do Ministério da Agricultura. No entanto, a

primeira norma nacional que instituiu às normas técnicas da sua produção ocorreu a partir da Lei nº 6.305 de 15 de dezembro de 1975. Atribuiu-se a supervisão técnica e a fiscalização de produtos de origem vegetal sob a competência do Ministério da Agricultura, assim como outras atribuições referentes à classificação de produtos vegetais (BRASIL, 2001).

No contexto específico de Minas Gerais, até o início da década de 1980, a cachaça era vista como um produto inferiorizado e esquecido pelas autoridades fiscais e políticas. Sua produção era feita por produtores rurais que em sua maioria viviam na informalidade e não possuíam atenção com higiene do produto e atenção à saúde, como relatam os entrevistados:

Visualizando o passado, quando as fábricas tinham acesso a vários tipos de animais, domésticos e silvestres, onde uns apreciavam o caldo de cana fermentado em um ambiente onde a sujeira era reinante, assinalam esses tempos como a “Era do Gambá (1- Artigos em arquivo, Cana Brasil, 2019).

[...] era sim muito... muito rudimentar mesmo você encontrava cano de PVC para passar o produto destilado, encontrava dornas de fermentação, assim...de alvenaria de plásticos ruins, produto fermentado em barris de plástico, cachaça estocada em barril de plástico sujo, sabe?! Os alambique todos abertos a sala de fermentação toda aberta entrava e saía quem quisesse até animais mortos a gente achou na câmara de fermentação [...] (2- Entrevista Pessoal, 2020)

As práticas de produção não passavam por controles, fiscalizações e padrões de qualidade. Cada produtor utilizava seus critérios para a produção, não sendo dada atenção a infraestrutura do alambique, aos resíduos sólidos e líquidos produzidos. Os reflexos eram a baixa qualidade, uma vez que a cana, o seu processo de fermentação e destilação influenciam diretamente na qualidade da cachaça.

Com o passar dos anos, a produção da bebida foi crescendo, tendo as práticas de produção diversificadas entre os produtores, sem infraestruturas e práticas de higiene sanitárias adequadas. Com esse cenário, os atores influentes do setor da bebida deram início às atividades de reconhecimento da cachaça e o Estado passou a enxergar a necessidade de regulamentar o setor.

4.2 O trabalho institucional de criação das práticas de produção

Pode-se delimitar o ano de 1982 como marcante para o início das mudanças no processo de produção da cachaça, em Minas Gerais. As iniciativas surgiram do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), órgão do Estado, quando diagnosticaram, através de um cadastro dos produtores de aguardente, que o mercado era formado por 1.500 fábricas de aguardente e apenas 15 com tecnologia industrial. Assim, desenvolveram um projeto de pesquisa de mercado, constatando o potencial do investimento na cachaça artesanal, desde que modificassem as práticas de produção:

Era preciso mudar a tecnologia e o conceito, de “quanto mais sujo melhor, para quanto mais limpo melhor”. Naquela época já tinha em mente que as fábricas podem ser abertas para a visitação e que o mercado tinha grande potencial. [...] Comecei então a conversar com jovens empreendedores estimulando-os a apostar neste negócio. [...] Engenheiros, Médicos, advogados, juizes, jovens ousados, estudados e de alto nível, se interessaram pelo negócio (3- Artigos em arquivo, Cachaciê, 2017).

Conforme o relato, se observa um conjunto de práticas de defesa de direitos que consiste na mobilização de apoios políticos e regulatórios através de persuasão social (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). No campo da cachaça, pode-se ilustrar a prática realizada por meio de negociação de agentes estatais (INDI) e a forte ação de fortalecimento da articulação com empresários de um novo perfil (engenheiros, juizes, jovens). Ao incluir ações inovadoras, passou-se a exercer pressões por mudanças, influenciando, inclusive na constituição do mercado.

Quê acontece, a gente começou a buscar fornecedores de alambique, fornecedores de tonéis, né? E fornecedores de caldeira e essa turma, com o aumento da demanda, eles também foram crescendo. Então, nesse momento, as fábricas de alambique foram realmente ficando robustas. Hoje, pra você ter ideia, as quatro são em Minas Gerais. E essa turma do equipamento, eles melhoraram muito a qualidade dos alambiques (4- Entrevista Pessoal, 2020).

A mobilização política entre os agentes ilustra o que Zvolska *et al.* (2019) indicam do trabalho institucional que exerce influências para colocar para estabelecer novas agendas. Isso ficou evidente na mobilização do Banco Estatal de Minas Gerais, em meados de 1980, para o financiamento de produtos de unidades produtores de aguardente (5- Entrevista pessoal, 2020).

Na percepção de um dos técnicos que participou dos financiamentos, “os recursos, destinados nos anos seguintes, possibilitaram uma política de formalização e controle da qualidade, a partir de novos alambiques” (6- Artigos em arquivo, Cachaciê, 2017). Entre 1983 e 1997, os dados internos do INDI indicaram o assessoramento de 200 empresários, efetivando a implantação de 100 alambiques. Dentro de uma moderna concepção tecnológica, observa-se o que Lawrence *et al.* (2013) definem da efetividade do trabalho, ao conferir privilégios para os atores envolvidos de um campo institucional.

No mesmo período, observaram-se as práticas de definição, que abrange os sistemas de regras que definem os limites de participação, possibilitando a atribuição de status ou construção da identidade de uma nova instituição ou de pertencimento dos agentes dentro do campo (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Destaca-se, em Belo Horizonte (MG), a criação da primeira associação de produtores de cachaça do país. A proposta emergiu dos esforços do INDI na busca de produtores que se disponibilizassem a assumir a liderança de uma associação. Assim, no ano de 1988, por meio da articulação de trinta produtores, fundou-se a Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade (AMPAQ) (7- Artigos em arquivo, SEBRAE, 2019).

Com a nova instituição, observou-se a mobilização das práticas que atuaram na construção de regras que estabeleceram as fronteiras na adesão dos membros. Destacam-se no Certificado de Conformidade e o Selo da Qualidade para as cachaças mineiras filiadas, pautadas em um conjunto de práticas:

A ANPAQ, hoje nacional, nos seus 31 anos de existência, sempre bateu na tecla da qualidade da cachaça, inclusive criou o selo de qualidade que é referência Mundial. Ele é feito por uma análise muito criteriosa com mapa de aromas. E a pessoa que mandou a cachaça para análise só recebe selo após ser certificada quimicamente e sensorialmente (8 – Entrevista Pessoal, 2020).

Merece destaque a participação do Instituto Mineiro de Agricultura (IMA) nas certificações, instituindo um selo que distingue a bebida produzida, a fim de ocupar um nicho de mercado. O IMA é o órgão responsável pela auditoria realizada no estabelecimento produtor para emissão do selo do Certifica Minas.

Segundo um dos produtores de cachaça, em 2007, quando teve início as primeiras certificações, 240 marcas de cachaça foram certificadas. Além do programa Certifica Minas, em 2009, houve a publicação da Portaria nº 276 de autoria do Inmetro, em que o IMA se tornou um órgão de certificação vinculado ao Inmetro (9- Entrevista Pessoal, 2019).

Outra prática adotada foi a garantia, referindo-se ao trabalho institucional relacionado à criação de regras estruturais que dizem respeito aos direitos de propriedade (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 222). Com base nas entrevistas e na pesquisa documental, observou-se que as leis, decretos e instruções normativas passaram por alterações e revogações que provocaram mudanças consideráveis, sendo as principais adotadas a partir da elaboração da Lei Estadual nº 10.853 do Pró-Cachaça, de 1992.

Por meio de uma aproximação da AMPAQ com os representantes do legislativo do Estado de Minas Gerais, elaborou-se a primeira iniciativa estatal, em formato de lei, para a

valorização do produto mineiro, através da modernização da estrutura dos alambiques. Na década seguinte, garantiu-se a Lei nº 13.949 de julho de 2001, que estabeleceu o padrão de identidade e as características do processo e elaboração da “Cachaça de Minas” e a Lei nº 16.688/2007, no que Silva (2009) sublinha como formas de normatizar a cachaça como um produto regional.

Outro ator central no processo de mudanças na produção da cachaça foi o papel dos pesquisadores das universidades mineiras. Até o final da década de 1980, era secundário o estudo da cachaça, uma vez que o tema não estava presente nas principais universidades do Estado. Contudo, a partir de uma demanda dos produtores e o conseqüente incentivo de políticas de editais para os temas da cachaça, foram criadas as condições para a fundamentação de um regime de conhecimento científico:

A leitura que eu tenho é que somente em 1992, com aquela lei do reconhecimento da cachaça, como bebida tipicamente brasileira, acho que foi na época do Fernando Henrique Cardoso... acho que foi por ali... ali despertou-se a atenção do segmento acadêmico para o desenvolvimento da cachaça. Então dali, eu acho que tem essa coisa, movimentação que deve ser creditada obviamente aos produtores, que pressionaram os órgãos governamentais e tal (10- Entrevista Pessoal, 2020).

As mudanças institucionais refletem a evolução dos números de dissertações e teses sobre a cachaça nas universidades mineiras, entre os anos de 1982 e 2019. Enquanto a década de 1980 não registrou estudos, os primeiros trabalhos iniciaram, de forma tímida, em 1993, tendo o seu avanço gradativo, dobrando as publicações a partir de 2004 e totalizando 150 pesquisas sobre as suas diversas áreas do saber.

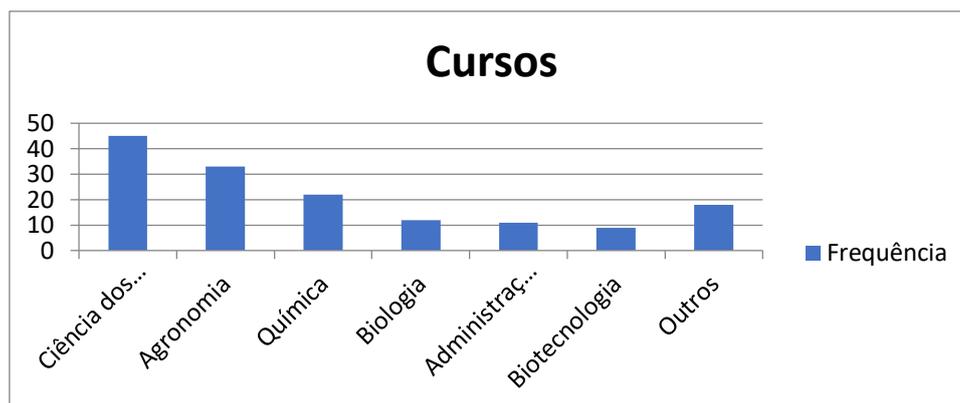
A legitimação do conhecimento técnico se fundou em pesquisas que passaram a orientar, a partir de evidências empíricas, as formas de cortar a cana, da higienização do alambique, do processo de moagem e destilação, do armazenamento e envelhecimento da bebida. Além disso, os estudos da cachaça foram objetos de investigação na maioria das universidades federais no Estado, com destaques para aquelas que apresentavam em seu histórico maiores estudos para as áreas de Ciências Agrárias e Biológicas, como a Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto. .

As orientações de mestrado e doutorado sobre o tema cumpriram o papel central de formar novos pesquisadores, especialistas no estudo da cachaça, bem como no avanço das melhorias tecnológicas, conforme relata uma das pesquisadoras:

Esse laboratório foi criado em 1998, com o intuito de dar suporte aos produtores em termos da qualidade da nossa bebida, a cachaça, e também como um laboratório de pesquisa, para investigar a origem de contaminantes, como controlar e compreender de onde eles surgem. Criou-se então, na universidade, um grupo de trabalho que pesquisa sobre toda a cadeia produtiva. Então, nós temos professores especialistas na área de fermentação, na área de plantio de cana, na área de comercialização, na área de análise de físico-química, na área de envelhecimento, e outros mais (11- Entrevista Pessoal, 2020).

Isso é observado também nas diversas áreas do saber em que a produção da cachaça se tornou objeto de pesquisa científica (Ciências Agrárias, Biológicas, da Terra, Aplicada, da Saúde), bem como no amplo leque de cursos (Alimentos, Agronomia, Química, Biologia, Administração, Biotecnologia) (Figura 1), ofertados pelas universidades federais no Estado.

Figura 1 - Evolução das pesquisas nas Universidades Federais do Estado de MG



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Desta forma, se nas décadas de 1990, a AMPAQ e o INDI já vinham se articulando para delimitar os padrões de qualidade para a bebida, com avanços de estudos na academia foi possível consolidar as metodologias de análises para a avaliação da cachaça, e suas condições científicas para distingui-la das demais.

Não é por menos que a Lei nº 13.949 de julho de 2001 estabeleceu o padrão de identidade e as características do processo e elaboração da “Cachaça de Minas”, bem como a Lei nº 16.688/2007 de 11/01/2007, que descreveu as formas de se produzir a tradicional cachaça de minas, e a declarou patrimônio cultural.

O trabalho destes agentes também constitui fundamental categoria analítica da criação de instituição, como propõe Lawrence e Suddaby (2006), pois os agentes envolvidos precisam de conhecimento para apoiar e sustentar a nova instituição. Assim, cursos e treinamentos foram realizados, de modo que os produtores passassem a ter contato com as novas formas de produção da bebida.

4.3 O trabalho institucional de disrupção (desinstitucionalização) das práticas de produção

A exigência de materiais de produção em aço inox é um trabalho institucional criado, visando melhor higienização da produção. A prática foi legitimada, de modo que a indústria passou a fabricar os itens de produção, como caixas de armazenamento e dornas de fermentação em material de aço. Essas práticas, porém, estabeleceram uma ruptura com as antigas formas de produção, conforme relatam os produtores:

[...] A fermentação começou no cocho de madeira, bem rústico. Se tem fermento ruim, ele entranha na madeira, em poucos dias tá contaminado. Hoje é inox. É exigência por ser mais higiênico (12- Entrevista Pessoal, 2019).

[...] aumentou as exigências em relação ao que era cobrado antes, aumentou mais no sentido da produção, tipo antes podíamos usar a fermentação em dornas de plásticos, depois passou a ser amianto revestido com fibra, agora é inox [...] (13- Entrevista Pessoal, 2010).

O exemplo ilustra uma forma de disruptiva (desinstitucionalização) definida pela dissociação dos fundamentos morais, uma vez que se busca afastar a prática, regra ou tecnologia de sua base moral, dentro de um contexto cultural específico (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Se antes os produtores utilizavam materiais de madeira e caixas de polietileno e fibra durante as etapas da produção, essas práticas foram extintas, e deram lugar as novas formas de

produção em materiais de melhor qualidade, que facilitam a higienização e controle da produção.

No bojo das bordas disruptivas, registra-se também o esforço de desconectar sanções, de um campo fortemente institucionalizado pela informalidade e escassa fiscalização das práticas de produção. Até o começo da década de 1980, 99% dos produtores eram familiares e faziam da bebida mais uma fonte de renda em seu plantel de subsistência (MORAIS *et al.*, 2020). Porém, com o discurso da produção de uma nova cachaça, a adoção de “rígidos” protocolos legais se tornaram centrais para a justificativa de uma bebida dita de qualidade.

As normas institucionais direcionadas para o setor incluiu uma série de mudanças de práticas de produção que já haviam sido institucionalizadas no campo e que precisaram ser modificadas. Uma delas, e que impactou muitos produtores, foi a exigência de regularizar a produção junto ao órgão fiscalizador e responsável, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Segundo um dos técnicos do MAPA, a parceria foi estabelecida visando reduzir o número de estabelecimentos informais no estado de Minas Gerais, uma vez que representam um número proporcionalmente muito superior em relação aos estabelecimentos registrados (14-Entrevista Pessoal, 2019).

Em se tratando de uma reestruturação organizativa de serviços de inspeção e fiscalização, entrou em vigência uma nova atuação no campo a partir do ano de 2019, por meio de uma parceria entre o MAPA e o IMA. Em 2018, através da Portaria nº 1 de 26 de junho (MAPA, 2018), o IMA passou a ser credenciado a realizar a inspeção e fiscalização das práticas de produção e dos padrões mínimos legais exigidos, sendo ações direcionadas à produção e comércio de cachaça.

Sua atuação no campo de fiscalização e inspeção começou somente em janeiro de 2019, mas antes desse período, quando houve a delegação da função em 2018, o IMA deu início ao papel de orientação junto ao setor, participando de eventos e entidades representativas do setor de modo a divulgar informações (15 – Entrevista Pessoal, 2019).

Esta prática foi liderada pela AMPAQ que conseguiu transferir, a partir da portaria nº 1, de 26 de junho de 2018 do Mapa para o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o exercício da inspeção e fiscalização da produção e comércio de bebidas. Ao realocar a fiscalização para um órgão com maior número de funcionários, a mudança no escopo da fiscalização passou também a operar sobre os comerciantes que vendiam as cachaças informais. Como resultados foram 265 fiscalizações e inspeções em 202 estabelecimentos de produtores e 63 comerciais, que geraram 76 intimações, 53 termos de apreensão, 25 termos de fechamento e 63 autos de infrações (IMA, 2019). Os impactos da fiscalização vão ao encontro dos produtores formais:

[...] parei a produção por dois anos pra adequar tudo de acordo com as exigências do Ministério. Investimento foi alto, aí a gente foi fazendo de pouco a pouco (16-Entrevista Pessoal, 2019).

Em caso de não conformidade com as exigências em infraestrutura, higiene, boas práticas de produção e zelo para com a bebida, os fiscais, tanto do IMA, quanto do MAPA, podem emitir advertências, infrações ou até mesmo fechar o estabelecimento, com fundamentos na Lei nº 8.918/94, Decreto nº 6.871/2009 e IN13/2005. Quando o estabelecimento atua de forma ilegal, sem registro junto ao MAPA, por mais que a estrutura e condições higiênico-sanitária estejam de acordo, os fiscais são obrigados a fecharem o estabelecimento, apreender toda a bebida estocada e equipamentos, e encaminhar amostras da bebida para análise.

O produto apreendido permanece no local de apreensão, não sendo permitida a retirada sem autorização do MAPA, assim, fica sob a responsabilidade do produtor, conhecido como depositário. O produto passa a ser do governo, mas o produtor foi nomeado a zelar pelo que foi apreendido. Caso haja obstrução de algum item apreendido, o depositário é infiel, e assim, é autuado pelo Ministério, pois é uma infração às leis (17 – Entrevista Pessoal, 2019).

Um dos produtores entrevistados também aponta que não é bom desobedecer às exigências do MAPA e IMA, não somente pelo valor da multa aplicada, mas também porque depois de tal infração, o rigor da fiscalização tende a aumentar. O entrevistado também relata que encontra muitas dificuldades e restrições ao implantar as exigências previstas pelo MAPA, e se o produtor não segue as indicações realizadas, ele e o responsável técnico sofrem punições por tal descumprimento (18 – Entrevista Pessoal, 2019).

Merece ressaltar que esse conjunto de práticas se fundou em um trabalho de minar suposições e crenças, ao tentar diminuir os riscos percebidos nos processos de mudanças da produção da cachaça. Isso foi feito ao associar a informalidade aos riscos da saúde do consumidor, reforçando o problema da qualidade. Os centros de pesquisa mineiros legitimaram o discurso ao trazer evidências dos prejuízos do consumo da cachaça, sem os padrões mínimos de controle de qualidade.

A narrativa contou com o apoio da grande mídia, que reproduziu os estudos científicos, como no site Uol em 2012, “bebidas clandestinas têm metanol, cobre e substância cancerígena diz estudo da Unifesp (CRUZ, 2012)”, no Estadão em 2016 “Cachaça boa é cachaça legal: a importância de consumir bebidas registradas (MAIA, 2016)”, e na Revista Veja em 2018 “Ingerir álcool ilegal pode trazer riscos à saúde (VIDALE, 2018)”.

4.4 Os resultados do Trabalho Institucional no campo da produção da cachaça mineira

“É, não tem jeito: Minas Gerais é tradição no que se refere à cachaça” (SOU BH, 2015).

“A cachaça encontrou sua melhor expressão em Minas Gerais. Lá estão as tradicionais pingas de notória excelência” (REVISTA ENCONTRO, 2013).

“Melhor Cachaça é mineira, mas Estados menos tradicionais despontam no Ranking” (GAZETA DO POVO, 2018).

As frases expostas ilustram, na mídia, a consolidação da imagem da cachaça mineira como um produto diferenciado no mercado. O papel dos atores foi central para alternar as normas e regras do campo, em especial para os produtores de cachaça, modificando as formas de produzir:

Nós usamos aqui três variedades de cana, 18/16; 75/15; 32/80; essa 75/15 foi até desenvolvida pela UFV, hoje o que a gente mais tem aqui é a 32/80, é a que mais deu certo pra nos aqui... Cana muito produtiva. [...] vai fazer agora 19 anos que a gente não queima a cana, a gente só trabalha com cana crua, quando você queima a cana você mata os micros organismos que são benéficos na cana, os indesejáveis não morrem... (19- Entrevista Pessoal, Souza, 2018).

É possível notar no fragmento 19 o que Lawrence *et al.* (2013) definem de influência da instituição na agência. A partir das contribuições técnico-científicas, os produtores de cachaça mudaram as suas ações, por exemplo, não mais queimar a cana, já que essa ação “matavam os micro-organismos” que apresentavam benefícios à qualidade da bebida. Simultaneamente, as mudanças tecnológicas favoreceram a ruptura com a imagem de uma bebida de baixa qualidade:

A coisa realmente vem evoluindo, tá? Muito. Porque a gente... não dá pra falar assim “Ah, a cachaça de antigamente era boa”, né? Isso é mentira, tá? Tinha muita cachaça ruim, a cachaça tinha bafo, ela tinha mal cheiro. Às vezes, a pessoa até suava uma coisa fedorenta, né? e aí, nós fomos introduzindo a tecnologia de corte, cabeça e cauda. Fomos introduzindo a questão do controle da fermentação, foi introduzindo pits pra monitorar a acidez acética, controle do fermento, né? Então tudo isso vem gerando um universo muito grande de inovações, de tecnologia e, conseqüentemente, aumenta a qualidade, né? (20- Entrevista Pessoal, 2020)

Os impactos das mudanças do processo de produção contribuíram, inclusive, para conquistas em premiações internacionais e no valor agregado da bebida, conforme relatam os entrevistados:

A mais ou menos 15 anos resolvemos fabricar cachaça de maneira profissional. Montamos uma estrutura com equipamentos voltados para produzir uma cachaça com qualidade seguindo as normas e com responsável técnico competente. Hoje, contamos com um programa no computador que permite rastrear desde o plantio da cana até o engarrafamento. A “cachaça Prata” nossa, não sei se você sabe, ela foi considerada a melhor cachaça do mundo. Ela ganhou um duplo ouro em Bruxelas em 2017, e esse ano, naquele concurso do Estadão que concorreu 3 mil rótulos ela ganhou o segundo lugar...(21 – Entrevista Pessoal, 2020).

É, bom, já mudou bastante. Se você visitar alguns alambiques... tem alguns alambiques que eu posso te indicar, que você vai visitar e que são...assim, modelos de fermentação, quando o pessoal realmente investiu, tem doses de aço inox, todo cercado com vidro, ninguém entra na casa de fermentação, o serviu muito. E hoje, esses produtores não vendem cachaça por menos de R\$ 50,00 o litro (22- Entrevista Pessoal, 2020).

Dessa forma, é possível identificar, através dos elementos empíricos, como as práticas institucionais adotadas tem modificado o campo, a partir da adesão a novas tecnologias e mecanismos de produção, ocasionando, assim, a alteração da imagem da bebida no mercado, ao longo das últimas quatro décadas de trabalho institucional.

5. Considerações finais

O artigo teve por objetivo compreender como o trabalho institucional dos atores, ao longo de quatro décadas, modificaram as práticas de produção da cachaça mineira. Para tal, buscou-se investigar as práticas dos atores no setor da cachaça, a partir da perspectiva de criação e desinstitucionalização, baseadas na teoria do trabalho institucional de Lawrence e Suddaby (2006).

Foram retratados aspectos históricos da produção de cachaça em sua antiguidade e seu atual contexto, com base nas mudanças institucionais. A cachaça demonstrou ser um produto que durante seu processo de produção, passou por diversas restrições de produção, mas que conseguiu se transformar de um simples e marginalizado subproduto da cana de açúcar em um produto sofisticado e elitizado. Ao explorar a natureza do trabalho desenvolvido nas organizações produtoras de cachaça é possível conceber que os fenômenos que se desdobram na realidade social aconteceram por meio de práticas e arranjos materiais entrelaçados.

O trabalho de institucionalização relacionado à criação foi evidenciado a partir da articulação de novos empresários, no financiamento via recursos públicos para as unidades produtivas, na fundação de uma associação de produtores, na elaboração de certificados de qualidade, bem como na construção de políticas públicas. Esse conjunto de práticas moldou o campo, dando o suporte para a adoção de novas instituições.

Ao mesmo tempo, evidenciou-se a desinstitucionalização de práticas ao dissociarem os fundamentos morais das antigas formas de produção que foram descontinuadas pelas mudanças na legislação. Em similaridade, o esforço de desconectar as recompensas da informalidade e da baixa fiscalização do setor foi realizado pela adesão de uma parceria entre IMA e MAPA, em 2017, que culminaram em uma rígida fiscalização no setor. Merece destacar também o papel da mídia, que ao divulgar estudos científicos, passaram a minar as crenças nas antigas formas de produção com os riscos à saúde do consumidor.

Nota-se, assim, que o trabalho institucional envolveu uma rede de atores que perpassaram não só o protagonismo dos produtores da AMPAQ, como também o Governo

Estadual, as agências de fiscalização, os pesquisadores de centros e universidades e a grande mídia, na articulação para modificar as formas de produção da bebida, ao longo das quatro últimas décadas.

Como limites do estudo, sublinha-se que se por um lado o trabalho logrou resultados positivos ao modificar as práticas do campo, por outro lado, esse trabalho não está finalizado. O setor mineiro ainda possui, em sua maioria, produtores que vivem na informalidade, e não seguem todas as normas das práticas de produção regulamentadas pelo setor.

Da mesma forma, ao apresentar as relações entre as mudanças nas práticas de produção e os seus resultados para o valor agregado de mercado, compreende-se que não se trata de uma variável isolada. Outros fatores, como as estratégias de marketing e o uso da tradição como narrativas, que apesar de não terem sido exploradas neste artigo, também contribuíram para a mudança da imagem da cachaça no mercado.

Apesar das limitações, destaca-se que o artigo contribuiu para a compreensão da teoria do trabalho institucional, fornecendo elementos que explicam as formas de criação e interrupção de instituições. Ao mesmo tempo, ao sinalizar mudanças institucionais no âmbito da produção de cachaça em Minas Gerais, os resultados abrem possibilidades para novos estudos que podem explorar as influências do trabalho institucional sobre outros campos empíricos, visto que a teoria ainda encontra-se em construção no campo.

Referências

ALMEIDA, J; DIAS, L. **Os segredos da Cachaça**: tudo o que você precisa saber sobre a bebida mais popular do Brasil. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.

BERTO, A; LAVARDA, A; ERDMANN, R. Strategizing e o trabalho institucional: o caso das organizações hospitalares. **Gestão e Regionalidade**, v.35, n.106, p.197-215, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4062, de 21 de dezembro de 2001**. Define as expressões “cachaça”, “Brasil e “cachaça do Brasil” como indicações geográficas e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de dez.2001.

BRUNING, C; MARRA, L; GODRI, L. Institutional Work: Uma Ponte Entre Estudos Críticos e Institucionais? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.9, n.4, p. 144-156, 2015.

CACHACIÊ. **Idealismo, trabalho duro e visão empreendedora**, 2017. Recuperado de <http://cachacie.com.br/ultimas-noticias/idealismo-trabalho-duro-e-visao-empreendedora-este-e-o-blend-da-cachaca-mineira/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CANA BRASIL. **Interpretação do avanço Mineiro da cachaça artesanal de alambique, 2019**. Disponível em: <https://canabrasil.com.br/2019/12/04/modelo-de-projeto-da-cachaca-artesanal/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CLARKE, V; BRAUN, V. Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. **The psychologist**, v. 26, n. 2, p. 120-123, 2013.

CRUZ, F. Bebidas clandestinas têm metanol, cobre e substância cancerígena diz estudo da Unifesp. **UOL Notícias**, 2012. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2012/10/30/bebidas-clandestinas-tem-metanol-cobre-e-susbtancia-cancerigena-diz-estudo-da-unifesp.htm>. Acesso em: 18 mai. 2021.



GAZETA DO POVO. **Melhor cachaça é mineira, mas estados menos tradicionais despontam em ranking**, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/bomgourmet/bebidas/melhores-cachacas-do-brasil-terceiro-ranking-cupula/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

GODOY, A. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n3, p.20-29, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DA CACHAÇA (IBRAC). **Autocontrole de bebidas, envelhecimento de bebidas**. Case da Cachaça. Brasília: Câmara Setorial, 2019.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. **Resultados das ações do IMA na inspeção/fiscalização da cachaça e aguardente de cana no Estado de Minas Gerais**, 2019. Recuperado em 29 de janeiro, 2020, de https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/cachaca/2019/57deg-ro/apresentacao_ima_2019_07_10-convertido.pdf.

LAMMERS, J. C; GARCIA, M. A. **Institutional Theory Approaches**. The International Encyclopedia of Organizational Communication, p.1-10, 2017.

LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R. Institutions and Institutional Work. In S. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence & W. R. Nord (Eds.), **The SAGE handbook of organization studies** (2nd ed., pp. 215-254). London: Sage. 2006.

LAWRENCE, T. B; LECA, B; ZILBER, T. B. Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013.

MAIA, M. Cachaça boa é cachaça legal: a importância de consumir bebidas registradas. **Estadão, Paladar**, 2016. Disponível em: <https://paladar.estadao.com.br/blogs/ocachacier/cachaca-boa-e-cachaca-legal-entenda-a-importancia-de-consumir-cachacas-registradas/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **A Cachaça no Brasil**. Dados de registro de Cachaças e Aguardentes. (Anuário da cachaça) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2019.

MORAIS, R; BRITO, V; BRITO, M; PINHEIRO, D. Interrupção da informalidade na cachaça artesanal: uma análise sob a ótica do trabalho institucional. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v.18, n.9, p.107-122, 2020.

OLIVER, C. The antecedents of deinstitutionalization. **Organization studies**, v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

REVISTA ENCONTRO. **Conheça a pinga mineira**, 2013. Disponível em: http://sites.correioweb.com.br/app/noticia/encontro/atualidades/2013/02/06/interna_atualidades,409/conheca-a-pinga-mineira.shtml. Acesso em: 18 mai. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **A cachaça de Alambique**: um estudo sobre hábitos de consumo em Goiânia. SEBRAE/GOIÁS, 2019.

SILVA, F. R. **Na embriaguez da cachaça**: produção, imaginário e marketing. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

Sou BH. A cachaça mineira é a melhor do país? *Gastronomia*, 2015. Recuperado de: <https://www.soubh.com.br/noticias/gastronomia/a-cachaca-mineira-melhor-do-pais>

SOUZA, B. **Padronização e certificação da cachaça de alambique mineira**: um estudo sob a perspectiva da análise de discurso crítica (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil, 2018.

TURETA, C; JULIO, A. Estratégia Como Prática Social E Trabalho Institucional: Uma Proposta De Articulação Teórica. **Teoria e Prática em Administração**, v.6, n.2, 2016.

VIDALE, G. Ingerir álcool ilegal pode trazer riscos à saúde. **Veja Saúde**, 2018. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/saude/ingerir-alcool-ilegal-pode-trazer-riscos-a-saude/>.

YAN, Z; ZHU, J; FAN, D; KALFADELLIS, P. An institutional work view toward the internationalization of emerging market firms. **Journal of World Business**, v.53, 2018.

ZARPELON, F; BITTENCOURT, A; FACCIN, K; BALESTRIN, A. Uma década de trabalho institucional: contexto e oportunidades de pesquisa. **Organizações & Sociedade**, v.26, n.91, 750-775, 2019.

ZIETSMA, C; MCKNIGHT, B. Building the iron cage: institutional creation work in the context of. In: LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institucional Work**: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations. New York: Cambridge University Press, 2009.

ZVOLSKA, L; PALGAN, V; MONT, O. How do sharing organizations create and disrupt institutions? Towards a framework for institutional work in the sharing economy. **Journal of Cleaner Production**, v.5, n.10, p. 667-676, 2019.